

Dívida que não é só de São Paulo

O secretário da Fazenda de São Paulo, João Sayad, completou esta semana mais uma etapa do seu périplo, na ponte aérea para Brasília e Rio, a fim de conseguir autorização do governo federal para rolar as dívidas interna e externa, pesada herança do governo Maluf. No mercado financeiro internacional São Paulo está devendo US\$ 5,7 bilhões, 2,5 dos quais feitos pela Cesp na compra de unidades geradoras, que somente serão necessárias e começarão a operar no fim da década...

Internamente, a dívida vencida com empresas nacionais eleva-se a Cr\$ 300 bilhões, 170 dos quais da Cesp para as obras daquelas mesmas usinas, perfeitamente adiantadas, mas já contratadas pelo valor de Cr\$ 1,5 trilhão. Após muitas promessas, que vêm sendo feitas há meses, parece que o governo federal já teria autorizado o levantamento de recursos internos no valor de Cr\$ 210 bilhões para pagar a dívida de 300 bilhões. Restam, portanto, 90 bilhões.

Sabemos dos problemas das autoridades monetárias de Brasília para conceder autorização para rolar toda a dívida interna, que aumentará no decorrer dos próximos meses sem qualquer culpa da administração atual, mas a economia de São Paulo não pode ser desativada. A situação externa é igualmente grave, e ainda insolúvel. São dívidas vencidas de US\$ 1 bilhão, que se elevarão a 2 bilhões até o fim do ano.

Afinal, o que o secretário da Fazenda de São Paulo está pretendendo não é dinheiro novo para realizar obras que talvez o governo federal não queira autorizar a uma administração chefiada por um governador da oposição. O que se pretende é apenas pôr a casa em ordem, é trazer tranquilidade ao setor privado nacional e honrar o nome de São Paulo — e do Brasil — no Exterior, através de uma operação contábil.

Em resumo: São Paulo quer fazer única e exatamente o que o governo federal vem fazendo, ou seja, rolar a dívida até que novas perspectivas surjam no horizonte. Não se trata de iniciar nenhum projeto faraônico ou obra política, mas apenas de acertar contas e, a partir daí, administrar o Estado com o que restar, que é pouco, considerando-se que o funcionalismo, inchado no fim da antiga administração, absorve 70% da receita tributária estadual, situação ainda não corrigida. Não sabemos como o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central pretendem agir.

Sabemos apenas que São Paulo representa 40% do PNB e do produto industrializado, constituindo-se em gerador inquestionável de emprego e riqueza nacional. Não se pretende um tratamento preferencial para o Estado, pois sabemos que outros se encontram em situação idêntica, mas uma atenção prioritária para a unidade da Federação que responde por quase a metade da renda nacional. Ainda agora, é a indústria paulista que está respondendo rapidamente ao estímulo do mercado exterior, aumentando as exportações, elevando a produção e absorvendo mão-de-obra desempregada.

Indefinida a solução da dívida de SP

As negociações para rolagem da dívida do Estado de São Paulo estão ocorrendo tanto na área interna quanto na externa, que continua indefinida. Com isso, a situação do Estado, segundo o secretário da Fazenda, João Sayad, é igual à de um operário cujo salário caiu e ele ainda é obrigado a pagar mais pela sua dívida. "São Paulo quer apenas renovar a dívida que está vencendo, para não atrapalhar o setor privado e colocar a casa em ordem", disse.

Na área interna, segundo Sayad, o governo federal já autorizou o Estado a rolar 70% do que vence da dívida em cruzeiro, que significa cerca de Cr\$210 bilhões ou 30 milhões em ORTN. O secretário lembra, porém, que o correto seria a revisão total da dívida.

A dívida externa do Estado já vencida é de US\$ 1 bilhão e até o final do ano totalizará US\$ 2 bilhões. O governo estadual está reivindicando, junto ao governo federal, a autorização para realizar operações de crédito externo no valor total da dívida. Nesse sentido, explica que os cerca de US\$ 100 milhões, autorizados pelo ministro da Fazenda a serem negociados sem necessidade de aval do governo estadual, não se referem a operações novas, mas apenas a uma modificação que dispensa a garantia de bancos estaduais.

Sayad observou ainda que toda a negociação de crédito do Estado não tem a finalidade de obter dinheiro para realizar novas obras: "É apenas dinheiro escritural para colocar a casa em ordem".

Essa indústria precisa contar com uma infra-estrutura mínima eficiente, de água, energia, portos e estradas a fim de escoar a produção, serviços esses fornecidos por um Estado endividado em administrações anteriores.

Finalmente, não se pode esquecer o grande argumento: a maior parte do endividamento externo foi feito por inspiração — e até mesmo pressão — do próprio governo federal, dos atuais coordenadores da política econômica e financeira, com o objetivo primordial não de executar obras de interesse de São Paulo, mas de levantar recursos em dólares no Exterior para pagar juros e rolar a dívida nacional...

Assim, essa dívida não é só de São Paulo.